



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE

Indicadores Sociais do Ceará 2008

Fortaleza

IPECE

2009

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Desiree Custódio Mota Gondim

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Eveline Barbosa Silva Carvalho – **Diretora Geral**

COORDENAÇÃO

Jimmy Lima de Oliveira - Analista de Políticas Públicas

ELABORAÇÃO

Parte 1 - **Resumo do Indicadores** - Débora Gaspar Feitosa

Parte 2 - **Análise Detalhada dos Indicadores**

1. **Aspectos Demográficos** - Elisa de Castro Marques
2. **Condições dos Domicílios** - Raquel da Silva Sales
3. **Saúde** - Débora Gaspar Feitosa
4. **Educação** – Daniel Cirilo Suliano
5. **Trabalho e Rendimento** – Vitor Hugo Miro Couto Silva
6. **Desigualdade de Renda e Pobreza** - Jimmy Lima de Oliveira

EQUIPE EDITORIAL

Normalização

Helena Fátima Mota Dias

Revisão

Ana Luiza Costa Martins de Sousa

Capa

Marcelo Giovane Rosa Trindade

Diagramação

Nertan Cruz Almeida

Indicadores Sociais do Ceará - 2008

Fortaleza, IPECE, 2009.

43p.

1 - Estatística - indicadores sociais. 2- Ceará. I – Título.
CDU31 (813.1)

Copyright 2009 IPECE

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.
ouvidoria@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense os Indicadores Sociais do Ceará 2008. A presente edição mantém as mesmas dimensões de análise das edições anteriores, mas acrescenta algumas novidades em termos de Gráficos com o único objetivo de tornar ainda mais atraente a leitura e fácil a interpretação dos resultados.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a partir da contagem populacional de 2007 feita para municípios abaixo de 150.000 habitantes, o IBGE recalculou os pesos atribuídos para as respectivas amostras da PNAD a partir de 2001. Portanto, os indicadores sociais apresentados nesta síntese não são estritamente comparáveis com as sínteses que apresentam dados de 2001 em diante, haja vista haverem mudanças nos pesos das entidades amostrais.

A parte 1 apresenta um resumo de 22 indicadores mostrando inicialmente a situação do Ceará em relação ao Brasil para os anos de 1998, 2004, 2007 e 2008. Em seguida é apresentado um resumo dos indicadores para o Ceará fazendo uma comparação com a Região Nordeste e o país primeiramente para o ano de 2008; em seguida para 2007. Depois são realizados comparativos para 2008 em relação a 2007 seguidos de análises de curto e de longo prazos, a saber: de 2004 a 2008 e de 1998 a 2008, respectivamente.

A parte 2 realiza análise detalhada dos indicadores enfocando os seguintes aspectos: demográficos, condições dos domicílios, saúde, educação, trabalho, rendimento, concentração de renda e pobreza.

Para a elaboração dos Indicadores Sociais do Ceará 2008 foram utilizadas informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este estudo cuidadoso, realizado pela equipe do IPECE, objetiva contribuir para a adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado do Ceará bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos.

SUMÁRIO

PARTE 1 – RESUMO DOS INDICADORES 6

PARTE 2 – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES 16

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS 16

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS 21

3. SAÚDE 25

4. EDUCAÇÃO 28

5. TRABALHO E RENDIMENTO 33

6. DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA 39

CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

1- RESUMO DOS INDICADORES

Esta seção apresenta uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará em 2008, e compara-os aos respectivos indicadores da Região Nordeste e do Brasil. Também é feita uma comparação dos indicadores do ano de 2008, com os indicadores equivalentes do ano de 1998, e do período de 2004 a 2008, visando analisar o comportamento da evolução destes indicadores no curto, médio e longo prazos.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará em relação ao restante do país, são apresentados Gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo “quanto maior, melhor”:

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

(2) Indicador do tipo “quanto menor, melhor”:

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que o da média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidas: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciará se o Estado tem se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os Gráficos propostos são construídos a partir dos 22 indicadores, a seguir:

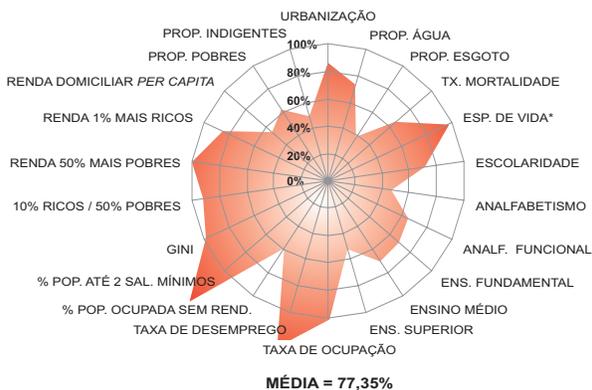
- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo (↑)
- Percentual da população adulta com pelo menos o Ensino Médio Completo (↑)
- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior completo (↑)
- Percentual da população ocupada (↑)
- Taxa de desemprego (↓)
- Porcentagem da população ocupada sem rendimentos (↓)
- Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimos (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população (↓)

- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Os Gráficos 1, 2, 3 e 4 a seguir mostram a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de 1998, 2004, 2007 e 2008¹. Conforme o Gráfico 1, em 1998, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 77,35% da situação brasileira, considerando-se os indicadores listados.

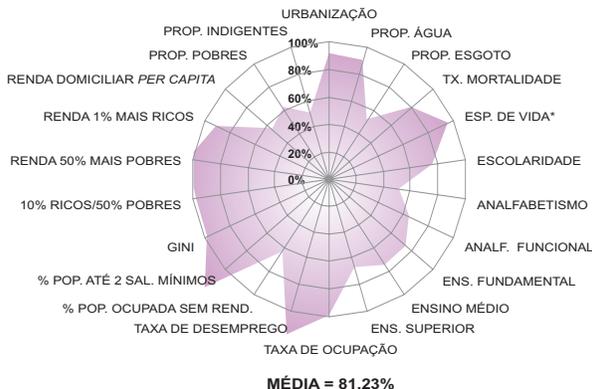
Gráfico 1 - Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 1998



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Em 2004, em termos gerais, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores, e passou a ter, em média, 81,23% da situação brasileira.

Gráfico 2 - Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2004

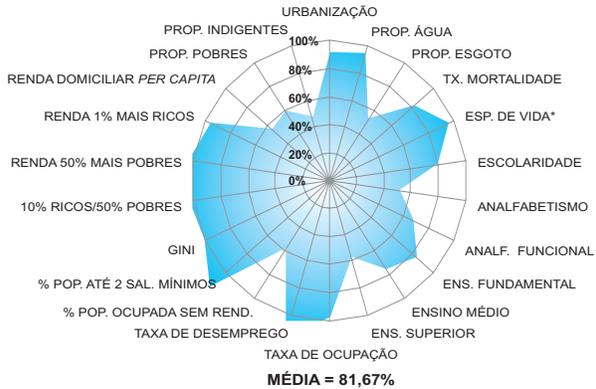


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

¹ Cabe destacar que em função da mudança de definição de algumas variáveis, os valores diferem levemente em relação à publicações anteriores dos Indicadores Sociais do IPECE.

Em 2007, o Ceará apresentou uma situação relativa de 81,67% do padrão nacional, como ilustra o Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - **Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2007**

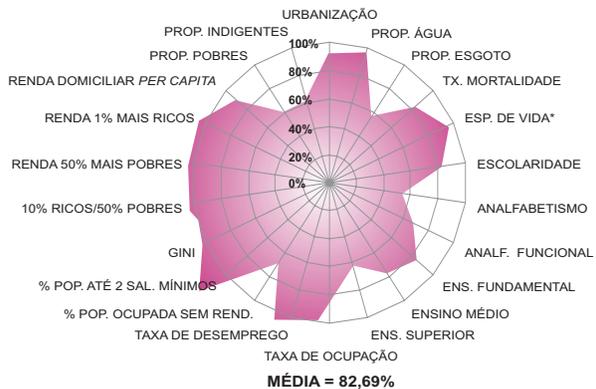


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Assim como em 2004, alguns indicadores em 2007 apresentaram relações iguais ou superiores a 100% sugerindo que para tais indicadores o Ceará é melhor que a média nacional. São eles: a taxa de desemprego, o índice de Gini, a porcentagem da população ocupada com rendimentos de até dois salários mínimos, a razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres.

Em 2008, o Ceará manteve sua situação em relação ao Brasil, com um pequeno aumento na média, como ilustra o Gráfico 4, a seguir. Neste caso, a média das relações foi igual a 82,69%; portanto, um valor ligeiramente superior ao observado em 2007.

Gráfico 4 - **Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2008**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

A partir destes gráficos, é possível observar que a média relativa dos indicadores no Ceará vem apresentando um crescimento contínuo e considerável entre 1998 e 2008, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 22 indicadores contemplados neste estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2008, encontra-se em situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 14 indicadores e melhor que o Brasil e o Nordeste em 5.
- No período de 2007 a 2008, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 10 indicadores, melhor que o Brasil em 6, e melhor que o Nordeste em 3.
- No período de 1998 a 2008, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 14 indicadores, melhor que o Brasil em 2 e melhor que o Nordeste em 3.
- Entre 2004 e 2008, 13 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil, melhor do que o Brasil em 2, e melhor que o Nordeste em 3, assim como ocorreu nas variações do período de 10 anos.

Assim, é possível constatar que o Estado já possui, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste e vem avançando no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos, que possibilitaram a obtenção destas conclusões e que, também, foram usados na elaboração dos Gráficos analisadas anteriormente, são apresentados em uma série de quadros-resumo, a seguir.

Quando se observa o Quadro 1 a seguir, fica claro que o Estado do Ceará supera a média da Região Nordeste na maioria dos indicadores, possuindo ainda dois indicadores acima da média nacional: Concentração de renda (índice de Gini) e a Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população. No entanto, é possível verificar, ainda, que o Estado do Ceará se destaca em vários indicadores quando se refere à evolução nos últimos anos.

Na maioria dos casos, o Estado apresenta melhorias nos indicadores mais significativas do que a Região Nordeste e do que o Brasil, tanto entre 2007 e 2008 (Quadro 3), quanto entre 1998 e 2008 (Quadro 4). Nesta evolução de longo prazo, merece destacar que o Estado do Ceará apresentou melhorias significativas na grande maioria dos indicadores, e quase a totalidade dos indicadores evoluiu bem acima da média nacional e da Região Nordeste.

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2008

INDICADORES		VALORES EM 2008		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,95	72,39	83,75
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	80,72	78,02	83,91
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	29,85	32,15	52,48
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	28,60	34,40	23,59
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	70,60	70,10	73,00
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,70	5,66	7,04
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	19,06	19,41	9,96
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	38,87	39,23	25,56
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	46,84	43,52	54,36
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	27,11	27,13	35,22
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	6,17	5,87	10,02
12	Taxa de Ocupação (%)	57,43	55,64	57,54
13	Taxa de Desemprego (%)	6,23	7,52	7,14
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	15,02	16,98	9,58
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	72,69	69,25	61,19
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,5373	0,5572	0,5454
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	13,41	14,89	14,01
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	16,33	15,24	15,37
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	13,44	14,34	12,24
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	352,44	360,14	591,38
21	Proporção de pessoas pobres	51,08	52,07	30,61
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	21,96	23,12	11,32

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

Nota:

- Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;
- Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
- Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2008.

Quadro 2 - Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2007

INDICADORES		VALORES EM 2007		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,43	71,76	83,48
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	78,78	75,72	83,31
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	26,91	29,66	51,33
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	29,70	35,60	24,32
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	70,30	69,70	72,70
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,53	5,43	6,86
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	19,20	19,90	10,06
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	39,22	41,44	26,44
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	44,21	40,80	52,20
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	25,28	25,26	33,37
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	5,33	5,25	9,28
12	Taxa de Ocupação (%)	56,02	55,15	56,96
13	Taxa de Desemprego (%)	6,87	8,25	8,15
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	17,89	18,73	10,60
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	69,36	67,46	59,48
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,5475	0,5649	0,5540
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	14,16	15,54	14,72
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,48	14,71	14,84
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	12,86	14,53	12,42
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	313,27	334,93	562,31
21	Proporção de pessoas pobres	55,61	55,40	32,95
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	27,06	25,92	12,81

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

Nota:

- Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;
- Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
- Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2008.

Quadro 3 - Resumo dos Indicadores Sociais - Variação percentual de 2007-2008

INDICADORES		VARIÇÃO % EM 2007/2008		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,68	0,88	0,32
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	2,46	3,04	0,72
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	10,93	8,40	2,24
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-3,70	-3,37	-3,00
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	0,43	0,57	0,41
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	3,07	4,24	2,62
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-0,73	-2,46	-0,99
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-0,89	-5,33	-3,33
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	5,95	6,67	4,14
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	7,24	7,40	5,54
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	15,76	11,81	7,97
12	Taxa de Ocupação (%)	2,52	0,89	1,02
13	Taxa de Desemprego (%)	-9,32	-8,85	-12,39
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-16,04	-9,34	-9,62
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	4,80	2,65	2,87
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-1,86	-1,36	-1,55
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-5,28	-4,15	-4,81
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	5,48	3,58	3,56
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	4,48	-1,32	-1,55
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	12,50	7,53	5,17
21	Proporção de pessoas pobres	-8,14	-6,01	-7,09
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-18,84	-10,82	-11,61

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

Nota:

- Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;
- Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
- Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2008.

Quadro 4 - Resumo dos Indicadores Sociais - Variação percentual de 1998-2008

INDICADORES		VARIACÃO % EM 1998/2008		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	13,92	14,05	5,25
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	41,89	20,16	6,44
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	87,03	97,85	23,72
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-48,40	-40,60	-34,65
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	7,95	8,18	7,67
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	42,14	36,71	25,04
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-35,50	-29,37	-27,72
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-29,79	-27,79	-28,24
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	84,55	70,60	46,76
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	76,96	63,14	59,01
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	73,80	56,95	45,43
12	Taxa de Ocupação (%)	1,07	-0,54	5,06
13	Taxa de Desemprego (%)	-0,16	6,36	-20,67
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-36,76	-27,03	-30,38
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	28,93	23,44	44,21
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-12,89	-8,54	-8,86
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-36,05	-25,32	-26,80
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	32,31	18,93	23,59
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-9,70	-10,07	-5,76
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	28,44	29,20	14,99
21	Proporção de pessoas pobres	-26,11	-23,23	-27,97
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-47,50	-41,83	-43,97

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

Nota:

■ Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;

■ Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

■ Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2008.

Quadro 5 - Resumo dos Indicadores Sociais - Variação percentual de 2004-2008

INDICADORES		VARIÇÃO % EM 2004/2008		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,56	1,24	0,89
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	8,82	6,67	2,04
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	20,56	16,74	9,27
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-13,86	-12,91	-11,32
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	2,02	2,19	1,81
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	15,38	15,04	10,34
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-12,57	-13,46	-13,01
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-15,00	-14,51	-14,14
9	Percentual da população adulta (15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental Completo	31,98	22,63	14,78
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio Completo	23,45	26,19	21,07
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível Superior Completo	13,63	25,70	24,32
12	Taxa de Ocupação (%)	1,92	0,54	1,86
13	Taxa de Desemprego (%)	-18,56	-15,98	-19,69
14	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-16,51	-12,74	-15,82
15	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	4,89	4,06	7,24
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-6,44	-4,31	-4,38
17	Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-17,87	-12,78	-13,49
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	11,69	7,82	10,26
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-10,89	-8,13	-5,24
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	34,26	32,53	25,37
21	Proporção de pessoas pobres	-24,30	-21,25	-26,96
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-39,98	-35,86	-38,13

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

Nota:

- Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;
- Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;
- Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

* Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2008.

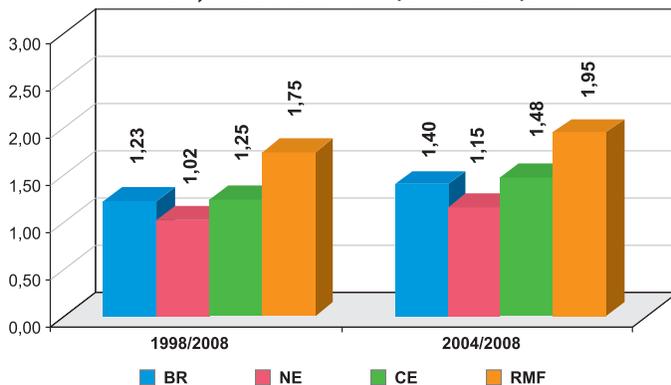
2 - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em 2008, o Estado do Ceará apresentava uma população de 8.472.231 habitantes, representando aproximadamente 15,8% da população do Nordeste e 4,5% da população do Brasil².

O Gráfico 1.1 apresenta as taxas médias de crescimento da população do Brasil, do Nordeste, do Ceará e da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), considerando-se tanto uma perspectiva de longo prazo (1998-2008), como uma de médio prazo (2004-2008).

Gráfico 1.1 - Taxa Média Geométrica Anual de Crescimento da População (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 1998/2008 e 2004/2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Conforme o referido Gráfico, em relação a 1998, a população cearense cresceu a uma taxa média geométrica anual de 1,25% (com crescimento acumulado de 20,42% no período 1998-2008), enquanto a do Nordeste aumentou a uma taxa média geométrica de 1,02% ao ano (com crescimento acumulado de 16,48%) e a do Brasil a 1,23% ao ano (com crescimento acumulado de 20,05%); entre 1998 e 2008, a população da RMF cresceu aproximadamente 29,69%.

Diante do exposto, observa-se que população cearense cresceu de forma mais intensa do que a nordestina e a brasileira, no período considerado, e que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) apresenta o maior ritmo de crescimento dentre as áreas analisadas, Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)³.

Ao analisar o crescimento populacional dentro de certas faixas de idade, de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e mais de 65 anos, verifica-se que o crescimento populacional é bem superior na população acima de 65 anos, num período mais recente, entre 2004 e 2008; isto pode ser observado em todas as regiões analisadas, conforme Quadro 1.1 a seguir.

Quadro 1.1 - Taxa Geométrica de Crescimento 2004/2008

Faixa Etária	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ	RMF
0 - 14 anos	-1,23	-0,56	-1,43	-0,82
15 - 64 anos	1,59	2,03	2,27	2,49
mais de 65 anos	4,63	4,43	5,74	4,35

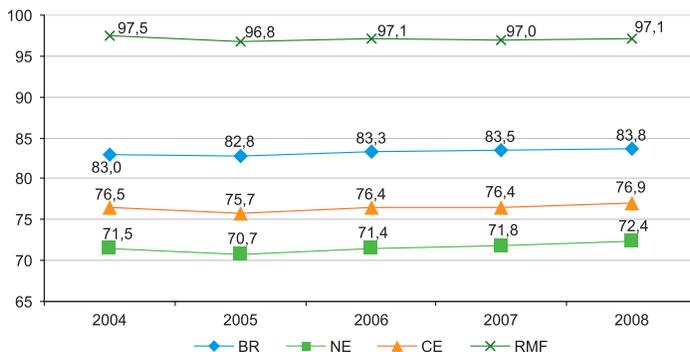
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE /PNAD.

² Estes dados, assim como as demais informações apresentadas nesta seção têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

³ Em 2008, a RMF apresentava um total de 3,528 milhões de habitantes.

O Gráfico 1.2 exibe os valores da taxa de urbanização do Brasil, Nordeste, Ceará e RMF no período de 2004 a 2008. Esta taxa pode ser definida como percentual da população urbana em relação à população total.

Gráfico 1.2 - Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

O crescimento mais expressivo da população em torno da capital cearense indica um aumento da concentração da população do Ceará nesta região, tanto que a mesma passou a representar 41,7% da população total do Estado, em 2008, contra os 38,7% verificados em 1998.

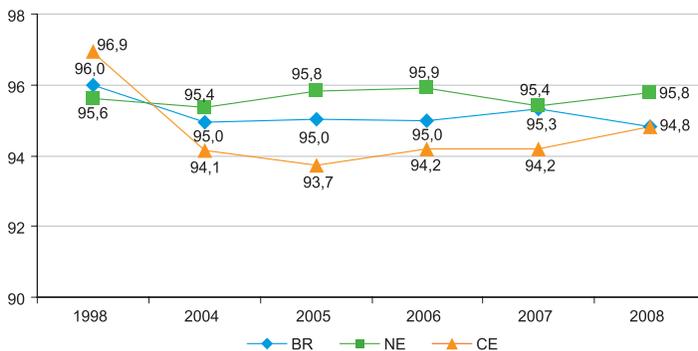
Este processo contribuiu para manter a taxa de urbanização do Ceará elevada em 2008, com cerca de 76,9% da população residindo nas áreas urbanas do Estado. Se comparado ao Brasil, verifica-se que o Ceará é um pouco menos urbanizado, mas o seu indicador é superior à média nordestina.

Além do que já foi discutido, os referidos Gráficos revelam ainda que tanto o Ceará como o Nordeste apresentaram uma leve tendência de crescimento da taxa de urbanização no período 2004-2008, ao passo que o indicador do Brasil tendeu a exibir uma certa estabilidade.

Já no que diz respeito à distribuição da população por sexo, percebe-se que a população feminina é predominante no Ceará, representando um pouco mais que 51% da população, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste.

Um indicador usualmente utilizado nesse contexto é a razão de sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme o Gráfico 1.3 indica, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina.

Gráfico 1.3 - Razão de Sexo - Brasil, Nordeste e Ceará – 2004 a 2008

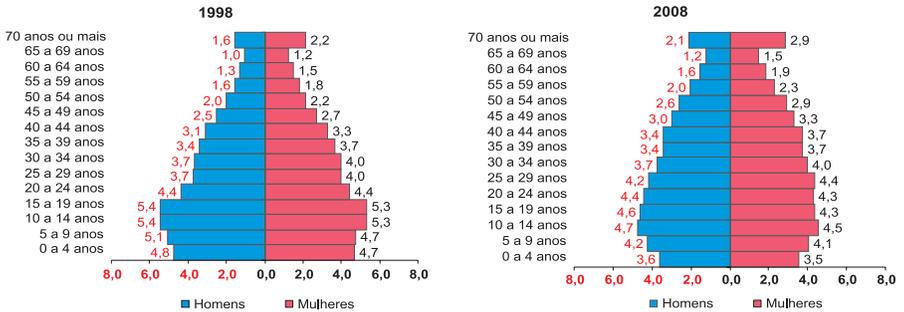


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Uma das razões para que a população feminina tenda a ser maior que a masculina deve-se à maior expectativa de vida das mulheres. Isto pode ser verificado através da análise das pirâmides etárias do Brasil, Nordeste e Ceará para os anos de 1998 e 2008.

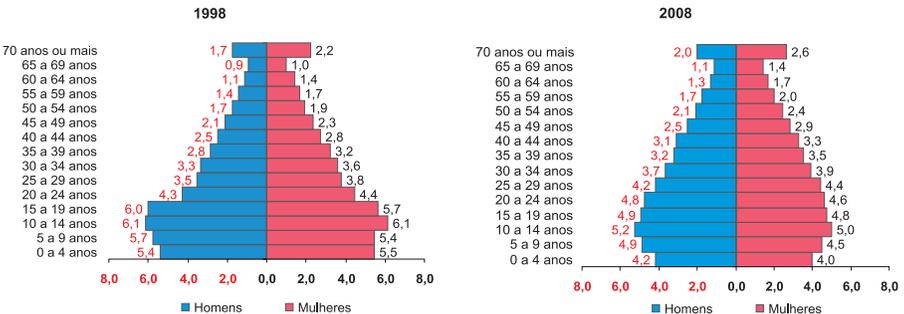
No caso do Brasil, por exemplo, conforme a Figura 1.1, a constatação feita fica clara ao serem analisadas as suas pirâmides etárias, que mostram que a população feminina é preponderante nas faixas etárias com 20 anos ou mais. Situações similares são evidenciadas para o Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, conforme as Figuras 1.2, 1.3 e 1.4 ilustram, respectivamente.

Figura 1.1 - Pirâmides Etárias – Brasil – 1998 e 2008



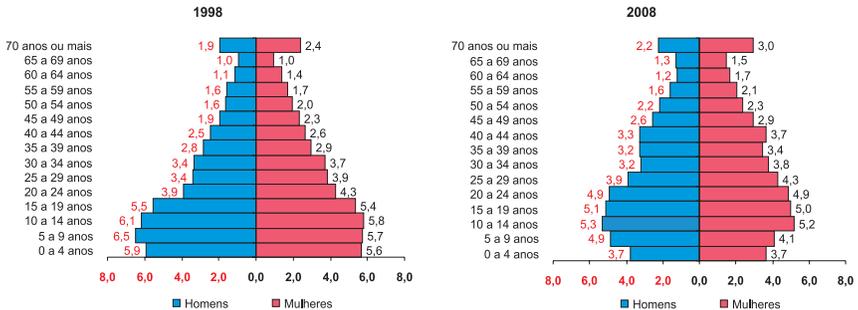
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Figura 1.2 - Pirâmides Etárias – Nordeste – 1998 e 2008



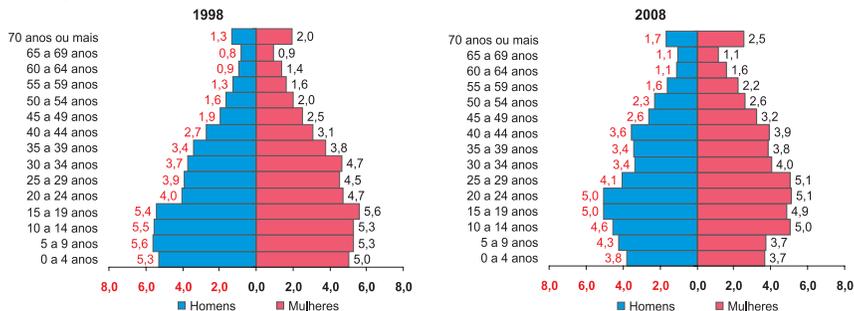
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Figura 1.3 - Pirâmides Etárias – Ceará – 1998 e 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Figura 1.4 - Pirâmides Etárias – Região Metropolitana de Fortaleza – 1998 e 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

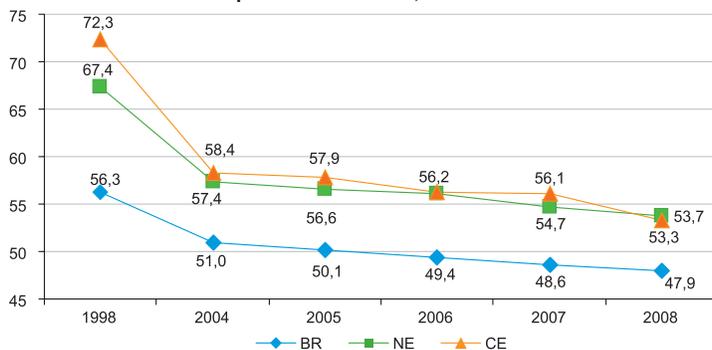
Outra constatação muito importante que pode ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas diz respeito a uma tendência já verificada nos países desenvolvidos e em outros países em desenvolvimento, e que também se manifesta claramente nas áreas geográficas em análise: o processo de envelhecimento da população. No caso, percebe-se uma tendência de aumento da participação das faixas com 20 anos ou mais, com destaque para o grupo de pessoas com 60 anos ou mais.

Mais especificamente, em 2008, o Brasil apresentava 63,3% da sua população com idades iguais ou superiores a 20 anos (59,3% em 1998 e 63,1% em 2004). Já o Ceará e o Nordeste, que possuem populações mais jovens que a média brasileira, apresentaram, em 2008, 63,1% e 62,5% de pessoas com 20 anos ou mais de idade, respectivamente⁴. Mais uma vez constata-se que as pirâmides etárias estão ficando com as bases menos achatadas e os picos mais largos ao longo do tempo.

Esta transformação pode ser, pelo menos em parte, devido à melhoria nas condições de saúde, implicando na ampliação da expectativa de vida das pessoas conforme será verificado nas próximas seções. Outros fatores que influenciam este processo dizem respeito à redução da taxa de fecundidade das mulheres, do maior planejamento familiar e da maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Como um reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda do Gráfico 1.4.

Gráfico 1.4 - Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

A redução na razão de dependência ocorreu porque embora a população de idosos (65 anos ou mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

⁴ Em 1998, esses percentuais eram de 53,4% no Ceará e de 54% no Nordeste. Já em 2004, passaram para 58,7% e 59%, respectivamente.

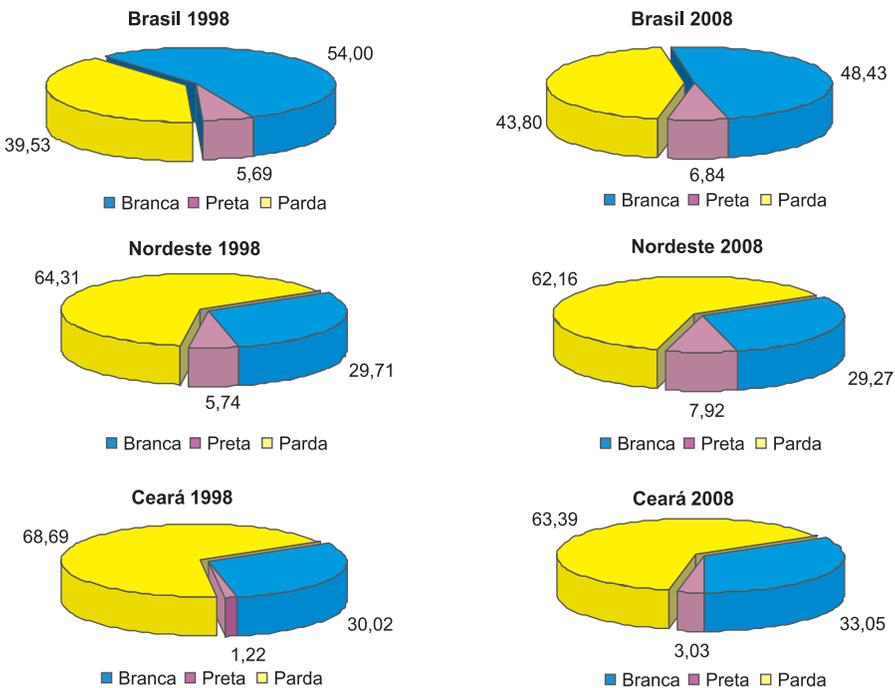
A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte do trabalho foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros e pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra. A grande maioria dos estudos opta por agrupar negros e pardos, aqui optou-se por analisar em dois grupos distintos.

Em 2008, a população do Brasil que se declarou branca correspondia a 48,4% da população, enquanto que negros e pardos correspondiam a 6,8% e 43,8%, respectivamente. Em 1998, o percentual de brancos era de 54%, os pardos representavam 39,5% e os negros eram 5,7% da população Brasileira.

No Nordeste e no Ceará, o percentual da população que se declarou branca em 2008 foi 29,3% e 33%, respectivamente, enquanto os que se declararam pretos e pardos juntos representam 70,1% e 66,4%, respectivamente.

Considerando tratar-se de uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se o crescimento do número de pessoas que se declararam negras. Os números apontam que a participação de cada grupo sofreu poucas alterações no período de 1998-2008. Por meio da Figura 1.5, pode-se ter a idéia da manutenção de um padrão relativamente estável da composição racial da população no Brasil, Nordeste e Ceará.

Figura 1.5 - Distribuição da População por Cor ou Raça – Brasil, Nordeste e Ceará – 1998 e 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Finalmente, é importante constatar que essas modificações nos aspectos demográficos do Ceará foram acompanhadas por importantes transformações sociais e econômicas, conforme será detalhado nas seções seguintes.

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

As condições dos domicílios trazidas na PNAD são uma fonte essencial para se configurar as condições de habitação da população cearense. Sendo assim, nessa seção trataremos indicadores do tema domicílio que tenham uma conotação social de grande relevância.

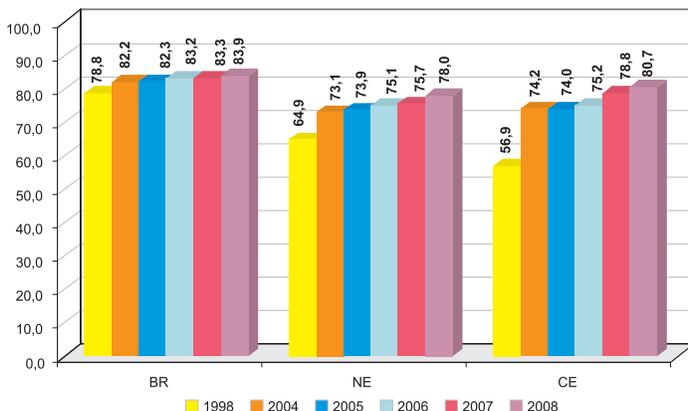
Os indicadores aqui apresentados caracterizam a situação dos domicílios particulares e permanentes quanto aos serviços de saneamento disponíveis, como o abastecimento de água, esgotamento sanitário; de coleta de lixo e de acesso à energia elétrica, fornecendo assim um panorama da situação habitacional do Estado do Ceará comparando com a situação da Região Nordeste e a do Brasil. Basicamente estes indicadores são considerados serviços básicos para o bom funcionamento dos domicílios.

O primeiro indicador a ser analisado é a Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, quando a proveniência da água do domicílio for da rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou pelo menos para o terreno ou propriedade em que está situado.

O abastecimento de água por rede geral, em princípio, oferece uma água de melhor qualidade. No conjunto do país, em 2008, 83,9% do total de domicílios contavam com este serviço.

O Gráfico 2.1 mostra a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado no Brasil, no Nordeste e no Ceará durante o período de 1998 e a série de 2004 a 2008.

Gráfico 2.1 - **Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (%)**



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Conforme o Gráfico 2.1, nota-se que, de um modo geral, a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado elevou-se durante o período analisado no Brasil, Nordeste e Ceará.

A maior elevação deste indicador foi observada no Ceará, que passou de 56,9% em 1998, para 80,7% em 2008 dos domicílios com abastecimento de água adequado. Com isto, o Estado, que se encontrava em um patamar inferior em relação ao Nordeste e Brasil em 1998, foi capaz de superar a média nordestina e aproximar-se ainda mais da média nacional em 2008.

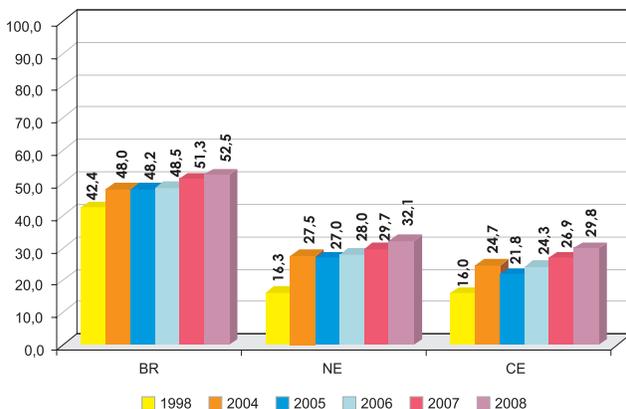
Quanto os serviços de esgotamento sanitário têm aqui apresentados dois tipos de indicadores relevantes, que ajudam a identificar as condições de vida da população. O primeiro é a proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, e o segundo indicador desta linha é a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado.

O indicador proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto é definido pela proporção de domicílios cuja forma do escoadouro do banheiro ou sanitário é ligado à rede de coletora de esgoto.

O Gráfico 2.2 apresenta os valores deste indicador para o Ceará, Nordeste e Brasil no período

de 1998 e a série 2004 a 2008.

Gráfico 2.2 - Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (%)

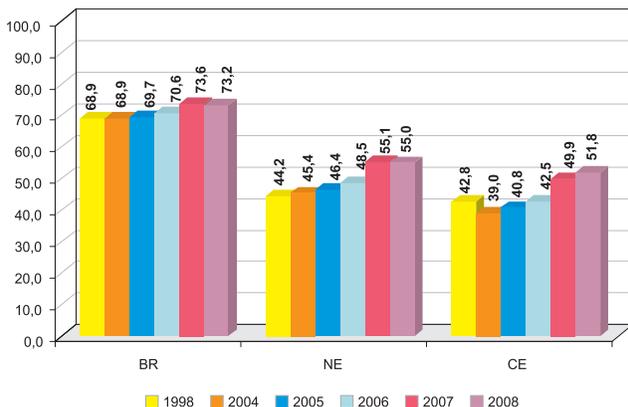


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Conforme o Gráfico 2.2, nota-se que o Ceará apresenta uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos bastante inferior à média nacional e ainda abaixo da média nordestina, atendendo apenas 29,8% dos seus domicílios em 2008.

Outro indicador importantíssimo nessa linha é a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Consideram-se com saneamento adequado os domicílios cuja forma do escoamento do banheiro ou sanitário é ligado à rede coletora de esgoto e/ou ligada à fossa séptica.

Gráfico 2.3 - Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

No conjunto do país, em 2008 73,2% do total de domicílios contavam com este serviço. Na Região Nordeste, e no Estado do Ceará havia um alto percentual (45% e 48,2%, respectivamente) de domicílios sem serviço de esgotamento sanitário adequado.

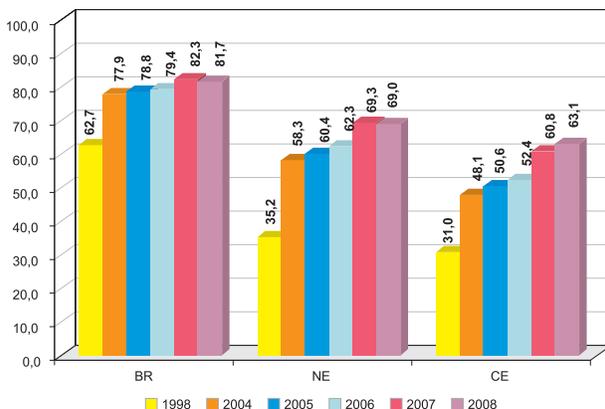
Verifica-se que a melhoria nesse indicador foi bastante significativa para o Estado do Ceará em 2008, comparada a 2007; mas, apesar desses movimentos recentes, em geral, favoráveis, deve-se considerar que ainda há espaço para se empreenderem expressivos avanços no que diz

respeito à proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado, o que pode trazer repercussões positivas sobre a qualidade de vida das pessoas, haja vista que os beneficiados podem ter a sua saúde melhorada, além de existirem externalidades positivas associadas à melhoria da qualidade da moradia da população.

Mais especificamente, se forem considerados apenas os domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado verifica-se, conforme já seria esperado, que o percentual de domicílios atendidos melhorou em 2008 em relação ao indicador anteriormente apresentado, que considerava todos os domicílios das zonas rurais e urbanas. Conforme podem ser observados no Gráfico 2.4.

De um modo geral, a proporção de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado elevou-se durante o período de 1998 a 2008 e a série de 2004 a 2008 no Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 2.4 - **Proporção de domicílios Urbanos com esgotamento sanitário adequado no Ceará (%)**

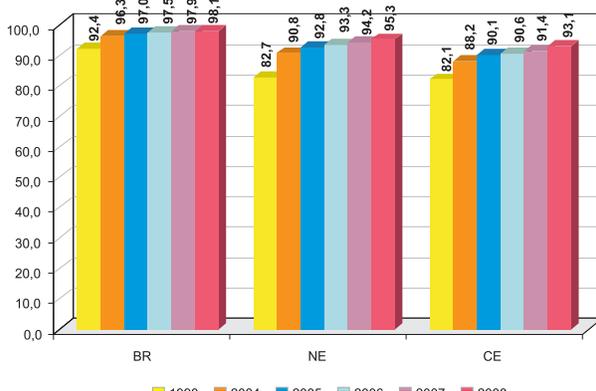


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

O Ceará é a área geográfica com menor percentual de domicílios urbanos com esgotamento sanitário dentre as analisadas, estando o seu indicador sempre mais próximo à média nordestina. Em 2008, cerca de 7% dos domicílios urbanos no Ceará ainda não dispunham deste serviço.

Outro aspecto importantíssimo é a ampliação da coleta de lixo dos domicílios urbanos, por exemplo, que também está relacionada a diversos problemas de saúde pública.

Gráfico 2.5 - **Proporção de domicílios Urbanos com coleta de lixo adequado (%)**

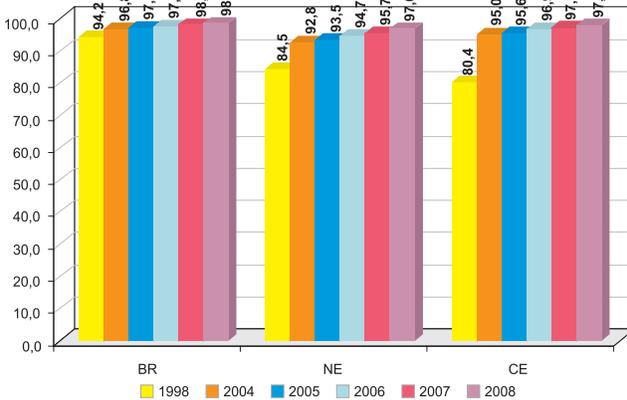


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

O Gráfico 2.5 mostra o percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo. Este indicador refere-se aos domicílios urbanos com lixo coletado, ou seja, quando o lixo domiciliar é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada; ou coletado indiretamente, ou seja, quando é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço por empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolha. Conforme é possível perceber através do referido Gráfico, o Ceará apresentou em 2008, dentre as esferas aqui analisadas, a segunda melhor taxa de cobertura com 97,9% dos domicílios urbanos com coleta de lixo adequado.

Outro indicador de extrema relevância é no que diz respeito aos domicílios com energia elétrica. Este indicador é definido pela proporção de domicílios cuja forma de iluminação é elétrica (de rede, gerador ou solar). Constatou-se através do Gráfico 2.6 que, tanto o Ceará, como o Brasil, apresentam quase a totalidade de seus domicílios atendidos com esse serviço, que é essencial para elevar a qualidade de vida da população e para a inclusão social. No Ceará, como mostram os dados sintetizados pelo Gráfico 2.6 a seguir, no período de 2004 a 2008, o aumento do número de domicílios com energia elétrica, passou de 81,6% em 2004 para 92,8% em 2008.

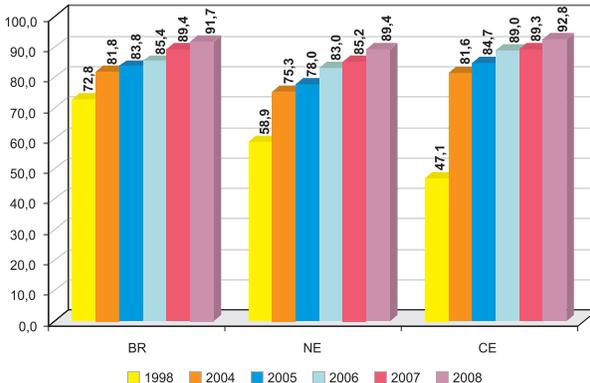
Gráfico 2.6 - Proporção de domicílios com energia elétrica (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Essa tendência à universalização do serviço tem sido possível uma vez que o percentual de domicílios rurais com energia elétrica vem aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos. O Gráfico 2.7 apresenta esse percentual para o período 1998 e de 2004-2008. Conforme o Gráfico indica, em 1998, aproximadamente 47,1% dos domicílios rurais do Ceará tinham energia elétrica, ao passo que, em 2008, este percentual aumentou para 92,8%. Tal comportamento do indicador é importante, pois favorece a redução das disparidades existentes entre domicílios urbanos e rurais.

Gráfico 2.7 - Proporção de domicílios rurais com energia elétrica (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / PNAD.

Quando se considera a evolução do referido indicador entre 1998 e 2008, é possível observar que o Estado do Ceará, dentre as outras esferas analisadas, foi o que apresentou um crescimento bastante significativo, ou seja, bem maior do que os demais.

3. SAÚDE

Nesta seção, são apresentados alguns resultados para a saúde. Os indicadores de saúde são instrumentos utilizados para avaliar as condições de vida de uma população e são ferramentas importantes na elaboração de políticas públicas.

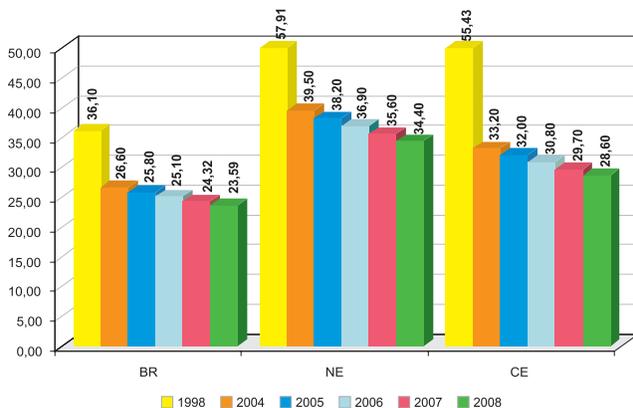
Dois indicadores são apontados pelo IBGE como principais referências para avaliações na área de saúde. Um deles é a taxa de mortalidade infantil que consiste em um dos indicadores mais sensíveis entre eles. É de fundamental importância conhecer o seu perfil com a finalidade de uma formulação de melhores estratégias que permitam o seu controle. O outro indicador é o de esperança de vida ao nascer, também de suma importância na mensuração da qualidade de vida das pessoas, pois sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes.

O coeficiente de mortalidade infantil é a relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano e o número de nascidos vivos em determinado local e ano civil calculado na base de mil nascidos vivos.

No Gráfico 3.1 consta a evolução deste indicador para o Brasil, Nordeste e Ceará em 1998 e no período entre 2004 e 2008.

Conforme o Gráfico citado indica, a taxa de mortalidade infantil ainda é relativamente elevada em todas as áreas geográficas analisadas (se comparadas a regiões mais desenvolvidas), mas vem mostrando uma trajetória consistente de redução ao longo do tempo. Essa trajetória pode ser reflexo tanto da melhoria das condições socioeconômicas da população nos últimos anos, bem como do efeito de políticas específicas que acabam reduzindo os óbitos das crianças de até um ano de vida, tais como as políticas de saúde preventiva, de saneamento básico e de educação.

Gráfico 3.1 - Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) - Brasil, Nordeste e Ceará 1998 e 2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em termos de variação absoluta, a maior redução do indicador verificada durante o período 1998-2008 foi do Estado do Ceará, passando de 55,43 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 1998, para 28,60 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 2008, ou seja, uma redução de 48,40%

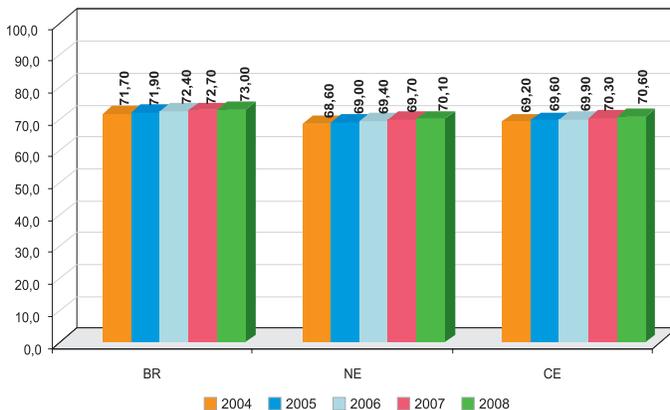
neste indicador, reduzindo quase que pela metade ao longo destes anos, representando uma queda de 26,83 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos em um período de dez anos. Esta é uma redução significativa, mas há que se considerar que quanto menor a taxa, mais difícil será obter expressivas reduções, já que os óbitos de menores de 1 ano são também um evento natural, i.e., não podem ser completamente evitados através das políticas públicas devido a uma série de fatores tais como herança genética, má formação de órgãos, condições climáticas extremas, acidentes etc. Com base neste argumento, não é estranho que a maior variação no indicador tenha sido verificada exatamente na área geográfica (dentre as que estão em análise), que apresenta uma das maiores taxas.

Vale salientar que as melhorias do indicador em questão podem ser mais bem visualizadas em um intervalo de tempo mais longo, haja vista que maiores transformações nas condições de vida dos indivíduos demoram a acontecer, pois dependem de uma série de fatores tais como crescimento econômico, melhor distribuição de renda e da continuidade, aprofundamento e maior efetividade das políticas públicas, sejam elas de saúde, econômicas, de educação ou de saneamento básico.

Desta forma, numa perspectiva de longo prazo e em termos relativos, a maior redução verificada no período de dez anos analisados, dentre as áreas consideradas foi a do Ceará, com redução no indicador de aproximadamente 26,83% (contra 23,51% no Nordeste e 12,51% no Brasil). Com isto, o Estado tem sido capaz de se aproximar ainda mais da média brasileira ao longo do tempo, que é, sem dúvida, um resultado desejável.

A redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 3.2.

Gráfico 3.2 - Esperança de Vida ao Nascer – Brasil, Nordeste e Ceará – 2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Conceitualmente, a esperança de vida ao nascer pode ser definida como o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

Desta forma, este indicador é, também, muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas, bem como nas condições socioeconômicas dos indivíduos.

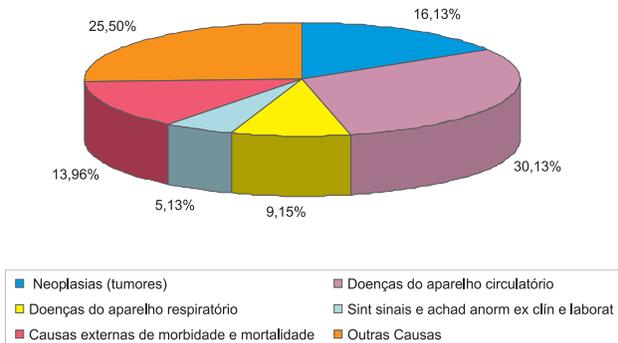
Segundo se constata no referido Gráfico, no período entre 2004 e 2008, a cada ano há um pequeno acréscimo no número de anos referentes à expectativa de vida da população, ou seja, as pessoas nascidas no Ceará aumentaram sua expectativa de vida em aproximadamente 1,4 anos. Seguindo um mesmo padrão das áreas analisadas, esta variação foi compatível com a variação da média nacional e um pouco menor que a variação da média nordestina.

Esta melhoria neste indicador reforça o argumento de que as modificações no padrão de vida

da população no longo prazo podem ter um efeito bastante significativo sobre os indicadores de saúde; no entanto, mudanças expressivas na esperança de vida geralmente levam mais tempo para se manifestar que as mudanças na mortalidade infantil.

No que se refere às causas de mortalidade, tem se observado que as decorrentes de fatores externos vêm adquirindo peso significativo na estrutura geral dos óbitos, principalmente na população masculina jovem. Como se observa no Gráfico 3.3 abaixo, as mortes decorrentes de causas externas representam 13,96 % das causas de morte da população do Estado do Ceará.

Gráfico 3.3 - Principais causas de Mortalidade no Ceará - 2007

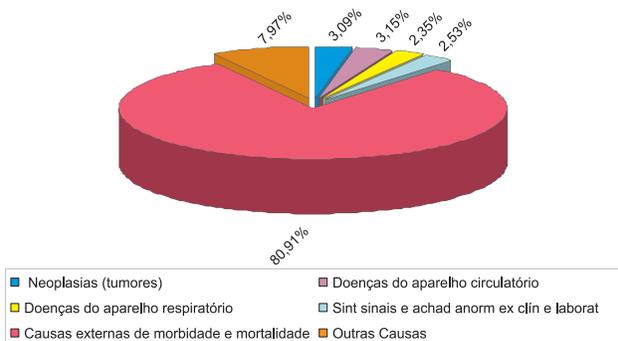


Fonte: Departamento de Informática do SUS - DATASUS.

Quando direcionamos a atenção para a população jovem masculina entre 15 e 24 anos de idade, as mortes ocasionadas por fatores externos correspondem a 80,91% das causas de morte deste grupo populacional.

As mortes por causas externas podem ser desagregadas em diferentes fatores, dentre os quais se destacam homicídios, acidentes de trânsito e suicídios, entre outras causas.

Gráfico 3.4 - Mortes na população do sexo masculino entre 15 e 24 anos - 2007

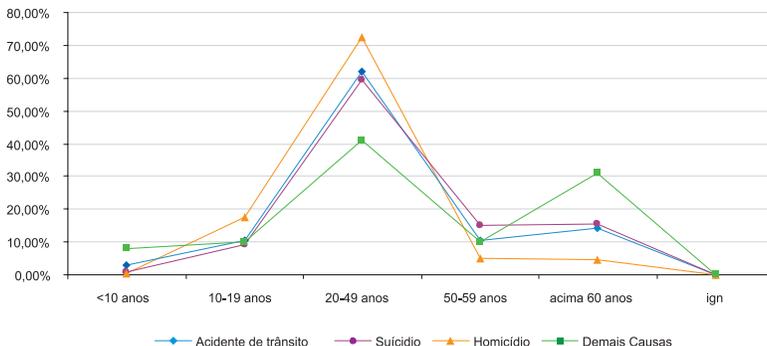


Fonte: Departamento de Informática do SUS - DATASUS.

O Gráfico 3.5 apresenta uma desagregação das mortes por causas externas por grupos de idade. As mortes ocasionadas por homicídios e acidentes de trânsito se destacam como princi-

país fatores de mortalidade, principalmente na população jovem.

Gráfico 3.5 - Principais causas de mortalidade dentre as causas externas por faixas de idade - 2008



Fonte: Departamento de Informática do SUS - DATASUS.

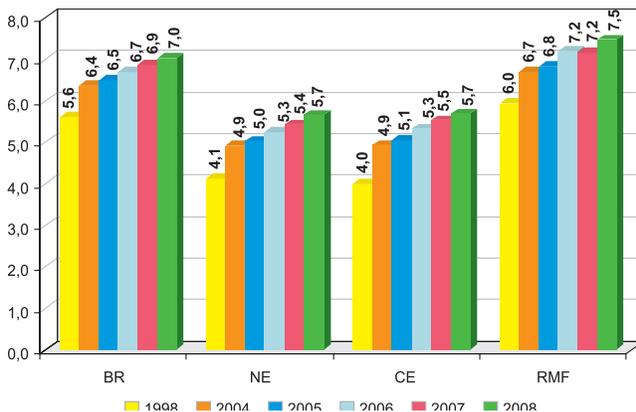
4. EDUCAÇÃO

Nesta seção, serão abordados alguns dos principais tópicos referentes aos indicadores de educação do Estado do Ceará tendo como quadro comparativo o Brasil, a Região Nordeste e a Região Metropolitana de Fortaleza. É feita tanto uma análise nos anos recentes como também uma comparação em termos de longo prazo da evolução destes indicadores. O período mais recente compreende os anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 (ano último da PNAD). Em termos de longo prazo, foi usado o ano de 1998 como medida comparativa.

Dentro desse contexto, o Gráfico 4.1, a seguir, apresenta como primeiro indicador para a presente análise a escolaridade média dos adultos considerando as pessoas de 25 anos ou mais de idade. Grosso modo, esta seria uma medida do estoque de capital humano das áreas geográficas.

A partir deste gráfico, pode-se observar que o Estado do Ceará apresenta resultados semelhantes aos da Região Nordeste, enquanto que a Região Metropolitana de Fortaleza os resultados se assemelham aos do Brasil. Apesar da evolução dos indicadores, é fato que, em média, o nível de escolaridade ainda se mantém em patamares bem abaixo do esperado para todos os casos analisados. Por exemplo, quando se considera o último ano da série observa-se que em nenhuma das quatro áreas geográficas foi alcançado pelo menos o Ensino Fundamental Completo. Mesmo para a Região Metropolitana de Fortaleza, área de melhores indicadores, a média de anos de estudo de um adulto de 25 anos ou mais chega a apenas 7,5 anos no ano de 2008.

Gráfico 4.1 - Escolaridade Média de Adultos - 25 anos ou mais (em anos de estudo)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Por sua vez, os Gráficos 4.2 e 4.3, a seguir, refletem os resultados do Gráfico anterior. No caso, são apresentados os indicadores referentes aos percentuais da taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, bem como a taxa de analfabetismo funcional para os adultos de 25 anos ou mais, respectivamente. Estes indicadores procuram mensurar uma parcela da sociedade sem acesso a qualquer nível básico de instrução.

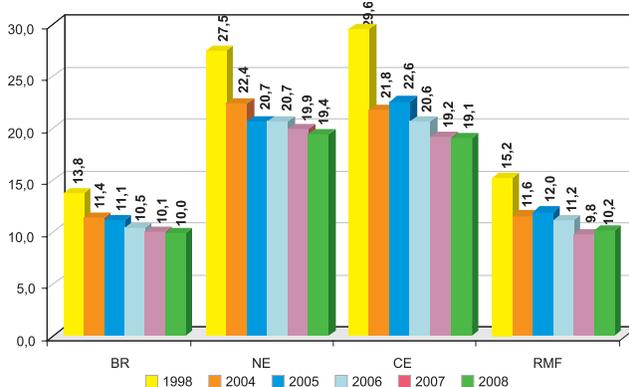
Apesar de essencialmente ambos os Gráfico refletirem os mesmos resultados, elas permitem separar os efeitos do analfabetismo entre pessoas e adultos. Isso porque o primeiro indicador considera pessoas de 15 anos ou mais de idade, enquanto o segundo indicador considera pessoas de 25 anos ou mais idade.

No caso do Gráfico 4.2, no qual se considera pessoas de 15 anos ou mais de idade, pode-se observar que tanto o Nordeste quanto o Estado do Ceará estão com percentuais bem acima do Brasil e da Região Metropolitana de Fortaleza que, mais uma vez, apresentam resultados bem semelhantes. Um resultado alentador que se pode observar é que tem havido uma melhora tanto numa perspectiva de curto prazo quanto de médio prazo. No entanto, o fosso que separa o Ceará e a Região Nordeste do Brasil como um todo se tem mantido constante na medida em que os primeiros apresentam quase o dobro de analfabetos em termos percentuais deste último.

Quando se considera o Gráfico 4.3, na qual o percentual de analfabetos é dado para os adultos com 25 anos ou mais, observa-se que os valores percentuais são ainda mais alarmantes. No caso, o que se pode observar é que as gerações mais antigas foram mais penalizadas em termos de políticas públicas educacionais, tendo como produto um menor estoque de capital humano. Em anos mais recentes, os maiores investimentos na área educacional provocaram um aumento no nível de escolaridade das gerações nascidas a partir de anos 1980 e, conseqüentemente, uma menor taxa de analfabetismo, resultado este testificado pela tabela 4.2.

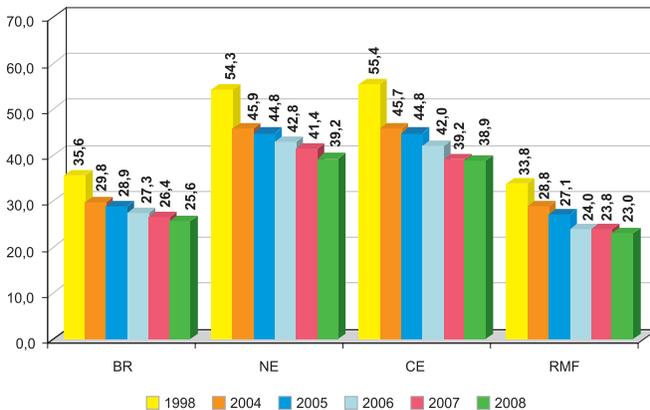
De fato, o percentual de analfabetos funcionais, medida esta criada pela UNESCO, onde se considera o percentual das pessoas com 25 anos ou mais que possuem menos de 4 anos de estudo, ou seja, não chegaram a concluir nem o primeiro segmento do Ensino Fundamental, apresenta valores superiores ao caso anterior. No caso em questão, os resultados são novamente bem semelhantes quando se compara o Brasil e a Região Metropolitana de Fortaleza, onde se encontra um percentual bem menor, enquanto a Região Nordeste e o Estado do Ceará apresentam indicadores mais desfavoráveis.

Gráfico 4.2 - Taxa de Analfabetismo - Pessoas com 15 anos ou mais (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

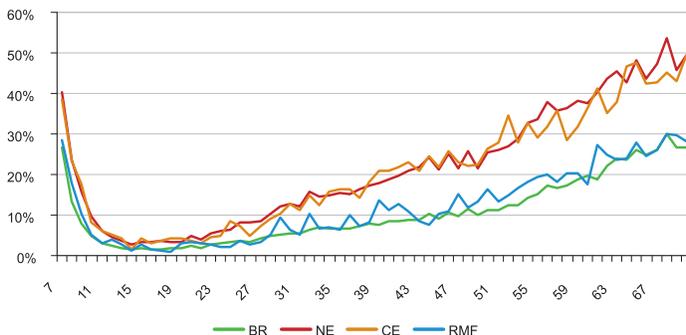
Gráfico 4.3 - Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos - 25 anos ou mais (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Dentro desta mesma perspectiva, o Gráfico 4.4, a seguir, apresenta um retrato mais detalhado da taxa de analfabetismo no ano de 2008 para pessoas com idade entre 7 a 70 anos. Conforme prescrito nos dois últimos Gráficos anteriores, dois fatos são de extrema relevância: em primeiro lugar, a evolução da Região Nordeste é semelhante do Estado do Ceará, enquanto a evolução da Região Metropolitana de Fortaleza é semelhante ao Brasil. Em segundo lugar, como dito anteriormente, o grau de analfabetismo exacerba nas idades mais elevadas em decorrência talvez dos menores investimentos em educação no passado. Além disso, um fato novo a se observar é que em todas as localizações geográficas as idades iniciais apresentam também taxas elevadas decrescendo paulatinamente a partir da adolescência e juventude (a partir dos 12 anos de idade).

Gráfico 4.4 - Taxa de Analfabetismo por Idade - 2008 - Pessoas de 7 a 70 anos (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

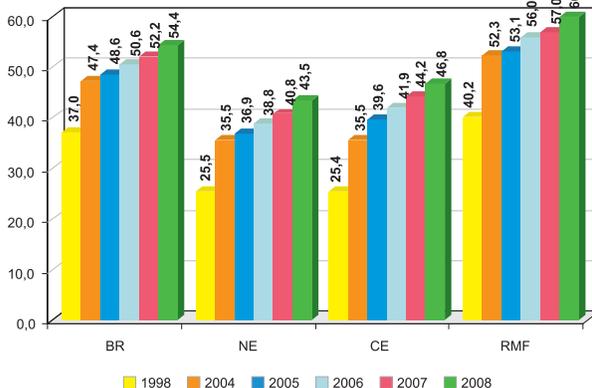
Por outro lado, vários trabalhos na literatura internacional e nacional têm demonstrado a importância da conclusão de pelo menos um ciclo de estudo completo, o que se tem conGráficoado como chamado “efeito diploma”.

Em muitos casos, a conclusão de um ciclo completo não reflete nem mesmo a produtividade e sim apenas uma sinalização que o indivíduo detém um maior estoque de capital humano. Neste contexto, as tabelas 4.5, 4.6 e 4.7 procuram apresentar novamente um quadro comparativo do Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza para cada um dos três principais

graus de ensino: Fundamental, Médio e Superior.

Em primeiro lugar, o Gráfico 4.5, a seguir, apresenta o percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o Ensino Fundamental Completo. Apesar das semelhanças entre os dois grupos anteriores, Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza de um lado, e Nordeste e Ceará do outro, observa-se que o Ceará avança mais rápido que o Nordeste e a Região Metropolitana de Fortaleza, no período inicial e no período final, apresenta um percentual de pessoas neste ciclo superior ao Brasil.

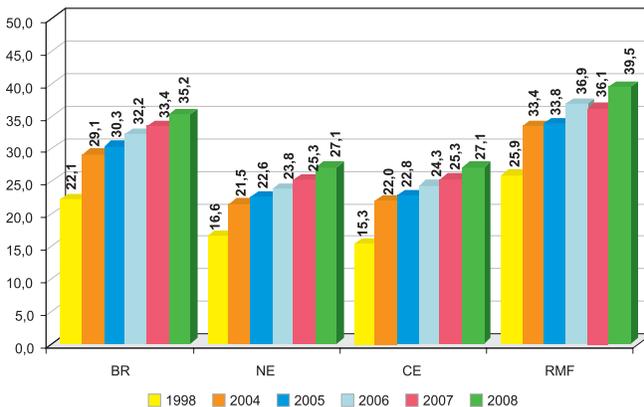
Gráfico 4.5 - Percentual da População com pelo menos o Ensino Fundamental Completo 15 anos ou mais (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Neste mesmo contexto, o Gráfico 4.6, a seguir, aponta o percentual da população de 25 anos ou mais que apresenta pelo menos o Ensino Médio Completo. O que se pode observar neste gráfico é que a Região Metropolitana de Fortaleza apresenta percentuais ligeiramente superiores aos do Brasil, mas a diferença para o Nordeste e o Ceará já é bem menor quando comparados com outros indicadores. O interessante a ser observar aqui é que neste indicador a Região Nordeste e o Estado do Ceará apresentam percentuais iguais nos últimos dois anos da série.

Gráfico 4.6 - Percentual da População Adulta com pelo menos o Ensino Médio Completo 25 anos ou mais (%)

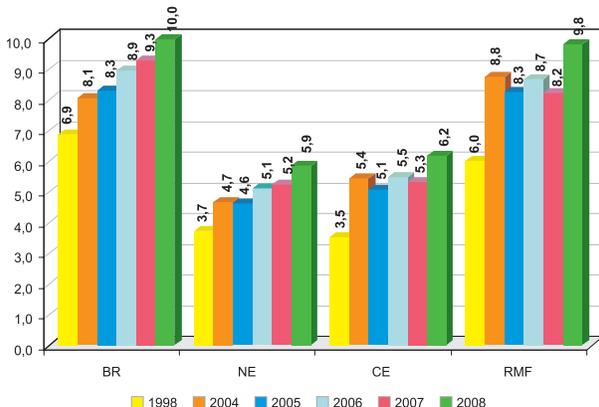


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

O curioso é para o caso do percentual de pessoas com Ensino Superior completo. Apesar do Brasil e da Região Metropolitana de Fortaleza apresentarem percentuais de pessoas que concluíram este ciclo ligeiramente superiores aos da Região Nordeste e aos do Estado do Ceará, é importante ressaltar que estes valores estão ainda bem abaixo de países que apresentam um maior grau de desenvolvimento. Aqui cabe destacar o Ceará na medida em que começa a série com o menor percentual entre todas as áreas geográficas analisadas, apresentando dez anos depois resultados ligeiramente maiores que os da Região Nordeste.

Nesta situação, é preciso entender porque o Brasil e, particularmente, o Ceará, ainda não conseguem fazer as pessoas migrarem dos ciclos de ensino mais baixos para o nível superior e que medidas de políticas públicas seriam necessárias para contornar esta adversidade. Algumas medidas de longo prazo, como o plano de desenvolvimento educacional, já estão sendo implementados, mas os resultados só devem se refletir em um maior espaço de tempo.

Gráfico 4.7 - Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais (%)

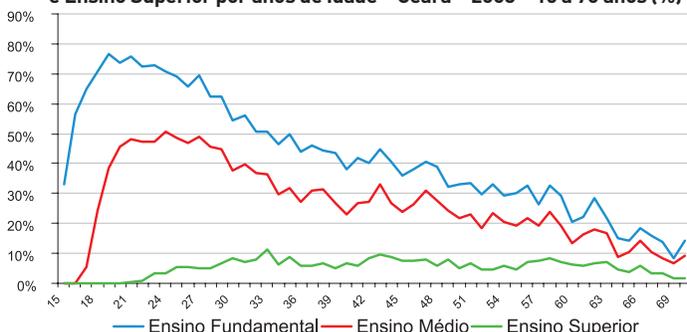


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Por fim, o Gráfico 4.8 apresenta o estoque de capital humano para o Estado do Ceará no ano de 2008 para pessoas entre 15 e 70 anos, considerando os três ciclos de ensino: Fundamental, Médio e Superior. A partir deste Gráfico, pode-se observar como está a distribuição do nível educacional no Estado tendo como base as distintas idades. Conforme já amplamente ilustrado nos três Gráficos anteriores, observa-se a predominância de pessoas em todos os níveis de idade que concluíram apenas o Ensino Fundamental em contraposição ao Ensino Médio e Ensino Superior.

Outro fator importante a ser observado é o grande percentual de pessoas jovens que estão concluindo o Ensino Médio, mas não estão conseguindo migrar para o Ensino Superior. Por exemplo, quando se considera a faixa etária entre 19 e 34 anos o estoque de pessoas neste ciclo de ensino é bem considerável, mesmo quando comparado com o ciclo fundamental. Pesquisas dentro deste contexto seriam necessárias de forma a entender melhor o problema.

Gráfico 4.8 - Percentagem de Pessoas que concluíram o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior por anos de Idade – Ceará – 2008 – 15 a 70 anos (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

5. TRABALHO E RENDIMENTO

Esta seção tem como objetivo apresentar e avaliar o comportamento do mercado de trabalho cearense nos últimos anos. Para isso, são apresentados indicadores do mercado de trabalho construídos a partir da base de dados da PNAD.

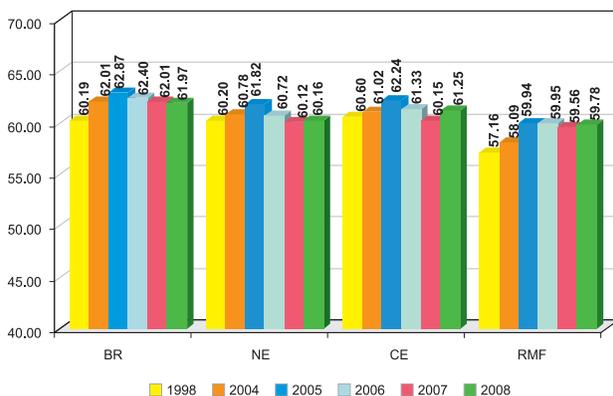
Dentre os indicadores clássicos temos as taxas de participação, ocupação e desemprego, bem como a renda do trabalho. Diversos indicadores também são apresentados para as seguintes unidades geográficas: Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O objetivo é realizar um comparativo entre estas dimensões territoriais considerando a heterogeneidade e as desigualdades regionais brasileiras.

O primeiro indicador analisado é a taxa de participação que expressa a proporção de pessoas em idade ativa⁵ incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, ou seja, economicamente ativas. Este indicador é calculado por meio da razão entre PEA (População economicamente ativa) e PIA (população em idade ativa).

Considerando o período de 10 anos, entre 1998 e 2008, é possível notar pequenos aumentos na taxa de participação para o Brasil, para o Estado do Ceará e para a RMF. Considerando todos os Estados da Região Nordeste tem-se uma taxa de participação praticamente estável (60,20% em 1998 e 60,16% em 2008). O maior aumento foi observado para a RMF, de 57,16% para 59,78%, indicando uma maior proporção de indivíduos no mercado de trabalho, sejam eles, empregados ou desempregados.

A taxa de participação estimada para o Ceará foi de 61,25% em 2008, o que representa um pequeno aumento em relação ao valor de 60,6% em 1998⁶.

Gráfico 5.1 - Taxa de participação (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

No caso do Ceará a PIA estimada em 2008 foi de quase 7,1 milhões. Destes 4,3 milhões estavam ativos no mercado de trabalho. A RMF, por sua vez, concentra 2,9 milhões de pessoas em idade ativa, das quais 1,8 milhões de pessoas, aproximadamente, estão ativas no mercado de trabalho.

Outro indicador bastante requisitado é a taxa de ocupação que indica o percentual de trabalhadores; é calculada por meio da razão entre os trabalhadores ocupados e a PEA.

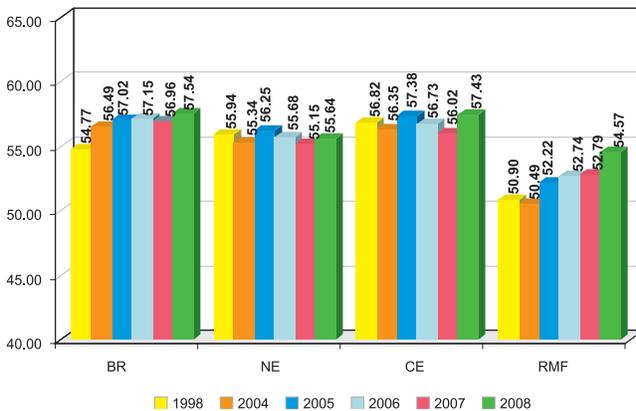
A taxa de ocupação, por sua vez, cresceu no período para quase todas as dimensões geográficas consideradas. A Região Nordeste novamente apresentou uma pequena redução e a RMF apresentou o maior crescimento. A taxa de desemprego é mensurada pela razão entre a população desocupada (desempregada) e a PEA, e constitui outro importante indicador e talvez o mais

⁵ Atualmente são consideradas como pessoas em idade ativa aquelas com 10 anos ou mais de idade.

⁶ Foram observados nos anos de 2004 e 2005 alguns valores estimados superiores ao estimado em 2008. No entanto, tais variações são pequenas e porventura poderiam ser consideradas insignificantes do ponto de vista estatístico.

requisitado em avaliações do mercado de trabalho.

Gráfico 5.2 - Taxa de ocupação (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

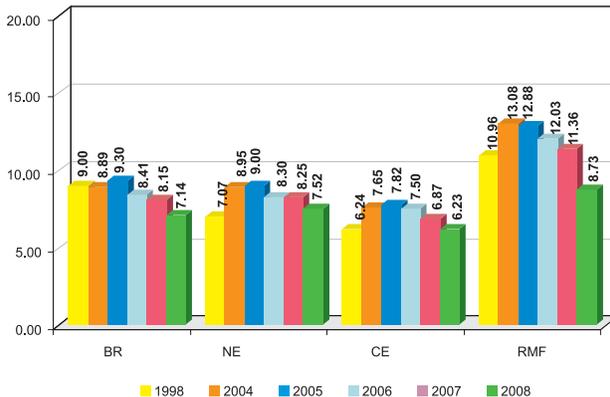


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Considerando o período 1998-2008, a taxa de desemprego apresentou reduções consideráveis para o Brasil e para a Região Metropolitana, um leve aumento para a Região Nordeste e manteve-se estável para o Ceará. Quando observamos o período 2004-2008 tem-se que a taxa de desemprego foi decrescente para todas as unidades geográficas.

Em 2008, aproximadamente, 4 milhões de pessoas foram consideradas como ocupadas no Estado do Ceará, enquanto que quase 300 mil pessoas estavam na condição de desempregadas. Na RMF, o número de ocupados foi de aproximadamente 1,6 milhões e o de desempregados foi de quase 156 mil pessoas.

Gráfico 5.3 - Taxa de desemprego (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



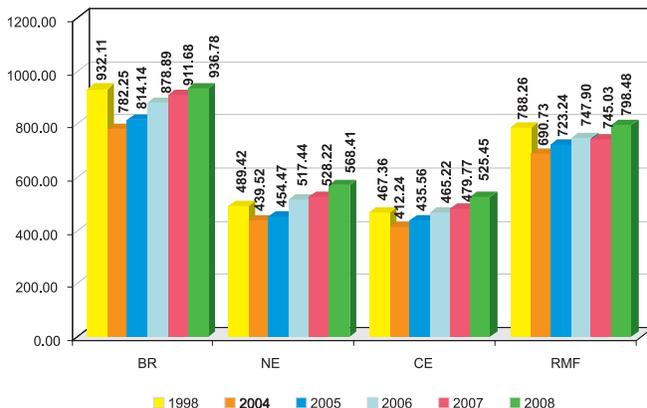
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Indicadores de renda também são muito importantes para a avaliação do mercado de trabalho. Aqui analisamos a renda média de todos os trabalhos considerada em valores reais tomando como base o ano de 2008. Os valores desta medida de renda estão apresentados no Gráfico 5.4.

A análise deste gráfico permite observar de forma direta um crescimento real do rendimento médio proveniente do trabalho no período 2004-2008. Outra observação pertinente que o gráfico permite é a diferença entre os rendimentos médios obtidos pelos trabalhadores nas diferentes

unidades geográficas. A Região Nordeste e o Estado do Ceará possuem uma renda média consideravelmente inferior àquela obtida em nível nacional. Já a RMF apresenta rendimentos médios superiores aos observados para o Ceará e para o Nordeste.

Gráfico 5.4 - Renda média de todos os trabalhos (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

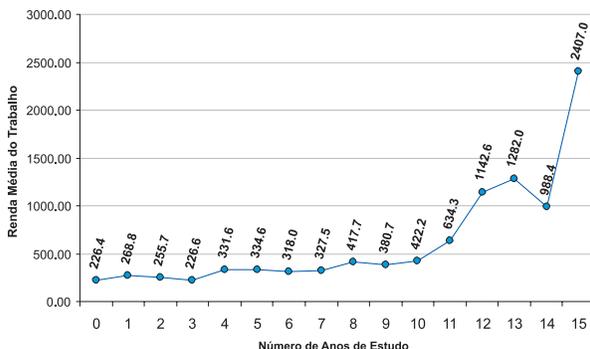


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Os rendimentos do trabalho possuem uma relação estreita com o nível de educação dos trabalhadores. É bastante razoável esperar que trabalhadores com níveis de escolaridade maior obtenham melhores cargos e maiores salários no mercado de trabalho. Esta evidência é confirmada quando relacionamos os dados de renda média do trabalho e anos de estudo como faz o Gráfico 5.5, que apresenta a relação entre anos de estudo e renda para o Ceará.

Neste Gráfico é possível observar que o retorno da educação é maior para anos adicionais de estudo, principalmente após os 12 anos, o que seria equivalente aos anos adicionais após a conclusão do Ensino Médio.

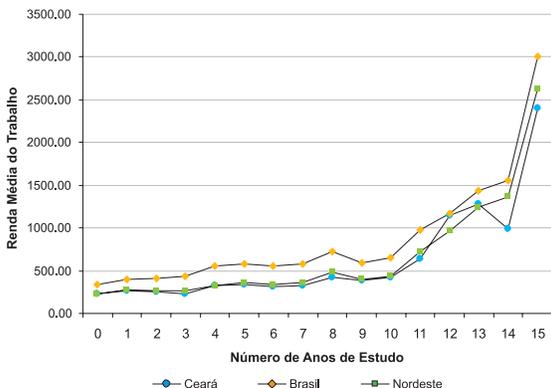
Gráfico 5.5 - Renda média do trabalho por anos de estudo (2008) – Ceará.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

O Gráfico 5.6 apresenta a relação entre anos de estudo e renda para o Brasil, o Nordeste e o Ceará.

Gráfico 5.6 - Renda média do trabalho por anos de estudo (2008) – Brasil, Nordeste e Ceará.

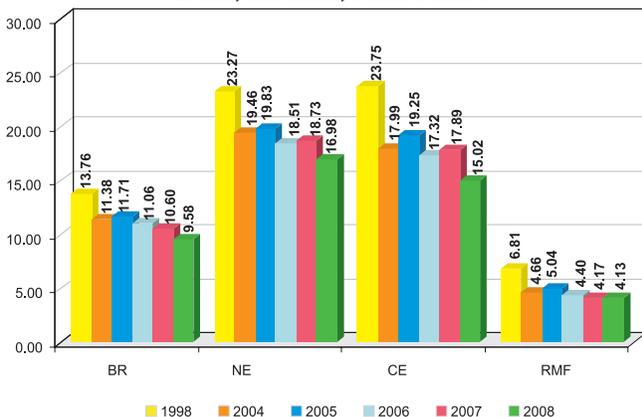


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Outra importante classe de indicadores refere-se a valores relativos à participação de trabalhadores por faixa de rendimentos. O Gráfico 5.7 apresenta o percentual da população ocupada sem rendimentos. Pode-se observar que de 1998 a 2008 esse percentual sofreu uma redução considerável em todas as unidades geográficas consideradas.

Além da redução do percentual da população ocupada sem rendimentos, verifica-se que, no mesmo período, houve um aumento no percentual da população ocupada recebendo até dois salários mínimos (2 s.m.), conforme o Gráfico 5.8 apresenta.

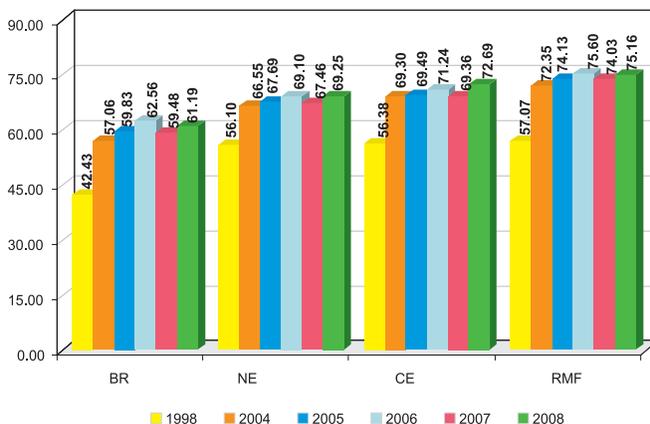
Gráfico 5.7 - Percentual da População Ocupada sem Rendimentos (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

A combinação destas mudanças pode estar indicando uma melhoria nas condições de remuneração no mercado de trabalho. O aumento do percentual da população ocupada com rendimentos recebendo até dois salários mínimos foi inferior à redução do percentual da população ocupada sem rendimentos. Isto indica que uma parcela da população ocupada que não auferia renda passa a auferir, e que uma parcela que recebia até dois salários mínimos passa a ganhar mais, representando um aumento na renda média dos trabalhadores.

Gráfico 5.8 - Percentual da População Ocupada com Rendimentos até 2 s.m. (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Outro tipo de análise importante refere-se às diferenças de ocupação entre os diferentes grupos populacionais discriminados por cor, sexo ou faixa etária e grupos especiais como crianças e jovens. A Tabela 1 apresenta as taxas de ocupação e de desemprego para indivíduos classificados de acordo com a raça/cor e sexo.

Na Tabela 1 é possível ver que indivíduos brancos e indivíduos do sexo masculino possuem melhores taxas de ocupação e de emprego.

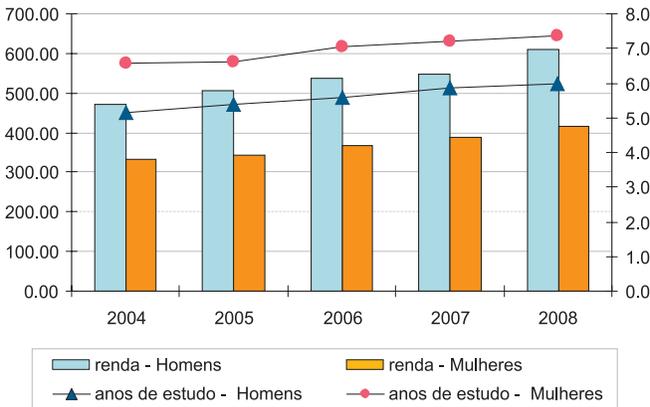
Tabela 1 - Taxa de ocupação e taxa de desemprego por sexo e raça (2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

TAXA DE OCUPAÇÃO				
	Brancos		Não - Brancos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	69.27	48.35	68.16	46.11
Nordeste	67.99	44.61	67.29	44.56
Ceará	68.65	46.76	67.60	48.39
RMF	63.63	46.14	65.06	45.74
TAXA DE DESEMPREGO				
	Brancos		Não - Brancos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	4.47	8.32	5.72	10.76
Nordeste	4.77	8.80	5.96	10.42
Ceará	4.51	7.15	5.54	7.41
RMF	6.82	10.31	7.86	9.56

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Com relação à renda pode-se destacar o diferencial de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres. O Gráfico 5.9 apresenta os rendimentos médios e os anos de estudo para homens e mulheres cearenses no período 2004-2008.

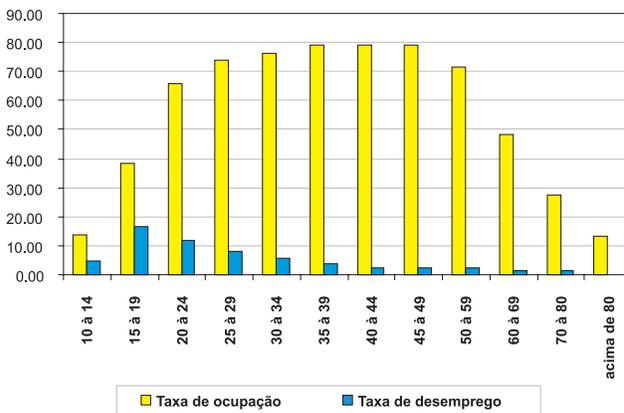
Gráfico 5.9 - Renda média e anos de estudo por sexo (2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Considerando grupos etários, o Gráfico 5.10 apresenta as taxas de ocupação e desemprego para o Ceará em 2008. Seguindo o mesmo comportamento observado em anos anteriores⁷, ambas as taxas apresentam trajetórias crescentes para a população jovem, tendem a se estabilizar para a população entre 25 e 35 anos e se reduz a partir dos 50 anos de idade.

Gráfico 5.10 - Taxa de ocupação e taxa de desemprego por grupos etários (2008) - Ceará.



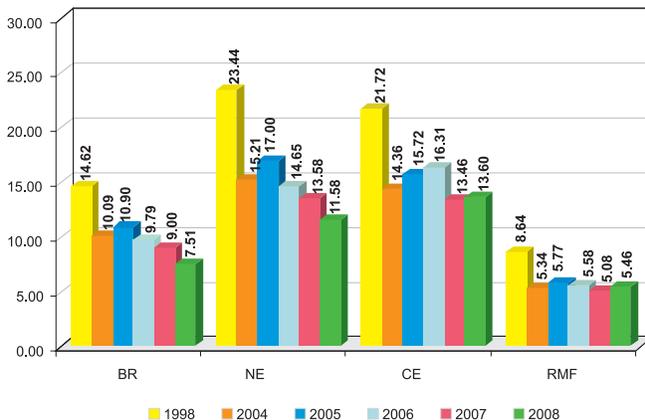
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

A população infantil (de 10 a 14 anos de idade) corresponde a uma parcela bastante vulnerável da população. O Gráfico 5.11 apresenta a taxa de ocupação infantil. Apesar deste indicador

⁷ Síntese dos Indicadores Sociais 2007.

apontar para uma redução significativa em relação à 1998, o trabalho infantil ainda corresponde a um grave problema, principalmente no Nordeste e no Ceará.

Gráfico 5.11 - Taxa de ocupação infantil (1998; 2004-2008) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

6. DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA

A redução da pobreza e da desigualdade tem sido o principal objetivo das políticas sociais implementadas atualmente nas diversas esferas de governo. Utilizando valores da proporção de pobres, renda média e índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, este capítulo se propõe a fazer uma discussão sobre os principais aspectos que afetam o nível de bem estar da população.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. No entanto, a definição de pobreza utilizada aqui é baseada na insuficiência de renda, ou seja, o indivíduo é considerado pobre se reside em um domicílio cuja renda *per capita* é inferior a uma determinada linha de pobreza.

Apesar da importância da mensuração da pobreza, no que tange ao delineamento de políticas públicas para combatê-la, não existe um consenso quanto à definição de uma linha de pobreza⁸. No entanto, utilizaremos $\frac{1}{2}$ de salário mínimo⁹ como linha de pobreza e a metade disto como linha de indigência. Portanto, são consideradas pobres e extremamente pobres todas as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a esses valores.

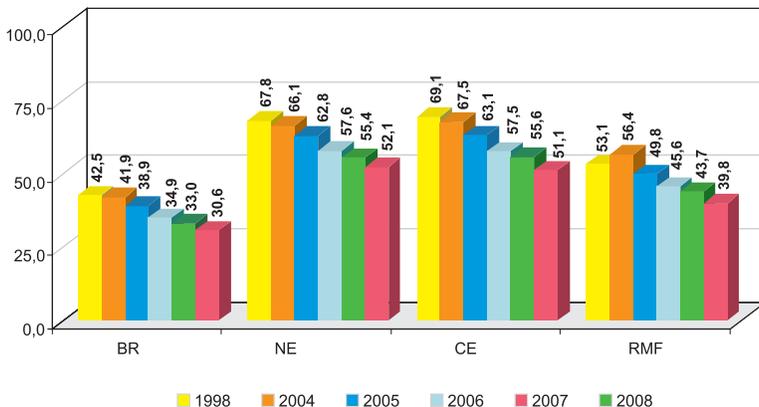
O Gráfico 6.1 mostra que a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza vem diminuindo continuamente em todo o período considerado, exceto na RMF em que houve um aumento entre 1998 e 2004. Todavia, no período 2004 a 2008, a RMF apresenta os melhores resultados reduzindo a proporção de pobres em (29,57%), seguida pelo Ceará (24,29%), Brasil (26,95%) e Nordeste (21,25%).

No longo prazo, período entre 1998 e 2008, o Brasil apresenta o melhor desempenho em termos de redução da pobreza (27,97%); em seguida vem Ceará (26,11%), RMF (25,10%) e Nordeste (23,23%).

⁸ Para uma maior discussão sobre as diferentes linhas de pobreza ver Loureiro, Suliano e Oliveira (2009)

⁹ Linha de pobreza igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2008, R\$ 207,50.

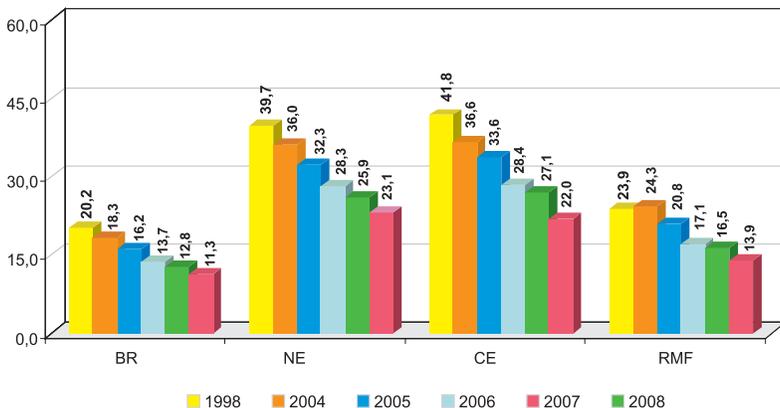
Gráfico 6.1 - Percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza – Ceará, RMF, Nordeste e Brasil - 1998-2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

Analisando a evolução da proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de indigência (Gráfico 6.2), percebe-se uma trajetória muito semelhante a do indicador de pobreza, com a RMF apresentando um aumento entre 1998 e 2004, enquanto todas as demais regiões apresentam uma tendência declinante ao longo de todo o período.

Gráfico 6.2 - Percentual de pessoas vivendo abaixo da linha de indigência – Ceará, RMF, Nordeste e Brasil - 1998-2004 a 2008



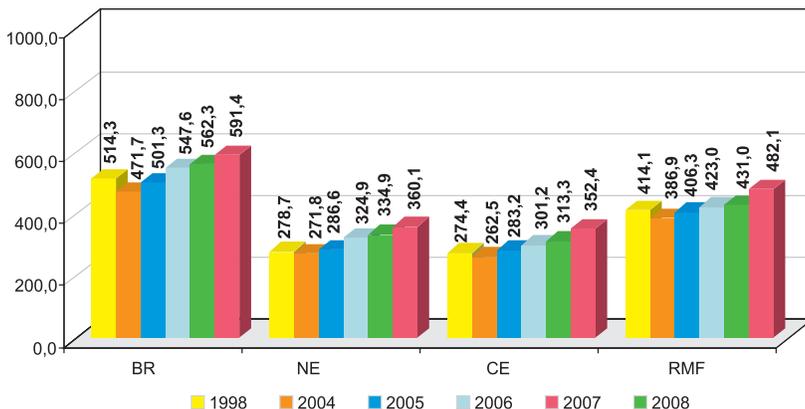
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.

No período 2004 a 2008, novamente a RMF apresenta o melhor resultado com uma redução da indigência (42,86%); em seguida vem Ceará (39,98%), Brasil (38,12%) e Nordeste (35,86%). No longo prazo, o Ceará se destaca por uma redução significativa da indigência (47,50%), seguido por Brasil (43,96%), RMF (41,94%) e Nordeste (41,83%).

A redução da pobreza ocorre quando a renda dos mais pobres aumenta. Esse aumento na renda dos mais pobres pode resultar tanto do crescimento da renda média como de reduções no grau de desigualdade. Portanto, como a redução da pobreza está diretamente relacionada ao crescimento da renda e a redução da desigualdade, torna-se relevante conhecer em que grau cada variável tem se modificado no período considerado.

O Gráfico 6.3, mostra a evolução da renda domiciliar *per capita*¹⁰. A partir deste Gráfico pode-se perceber uma grande diferença regional nos níveis de renda média da população, com a Região Nordeste e o Ceará apresentando valores bem inferiores à média nacional.

Gráfico 6.3 - Renda domiciliar *per capita* média – Ceará, RMF, Nordeste e Brasil - 1998-2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.2

O período de 1998 a 2004 se caracterizou por uma pequena redução na renda em todas as unidades geográficas consideradas. Entretanto, observa-se que em todas as regiões ocorre uma recuperação da renda real no período 2004 a 2008. Neste período, o Ceará apresentou os maiores ganhos reais no nível de renda (34,26%), seguido por Nordeste (32,53%), Brasil (25,37%) e RMF (24,62%).

Apesar da queda observada entre 1998 a 2004, verifica-se um crescimento real da renda média no período 1998-2008, com o Nordeste apresentando o melhor resultado (29,20%); em seguida vem Ceará (28,43%), RMF (16,42%) e Brasil (14,99%).

Como observado anteriormente, com a redução nos níveis de renda no período 1998 a 2004, as quedas observadas nos níveis de pobreza neste período devem ser atribuídas a reduções da desigualdade de renda.

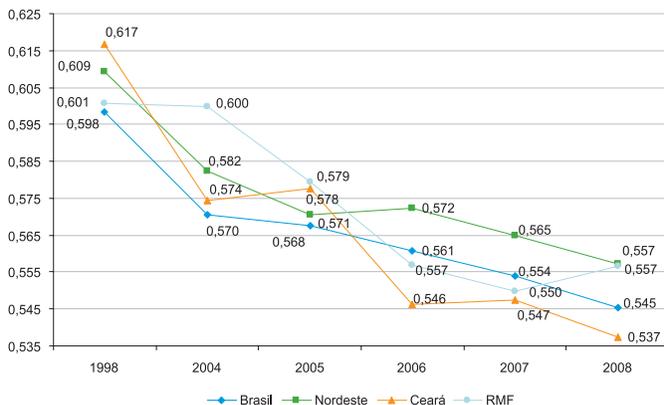
A análise do índice de Gini¹¹, que mede a desigualdade existente na distribuição de renda domiciliar *per capita*, mostra que houve uma redução na concentração de renda em todas as áreas sob análise no período 1998 a 2008 (Gráfico 6.4). Neste período, o Ceará apresentou o melhor resultado reduzindo o Gini de 0,617 para 0,537.

No período 1998 a 2004 observa-se expressivas reduções na desigualdade de renda principalmente no Ceará que passou de 0,617 para 0,574. Brasil e Nordeste também apresentam reduções de 0,598 para 0,570 e 0,609 para 0,582, respectivamente. A desigualdade na RMF permaneceu praticamente constante neste período.

¹⁰ As rendas domiciliares *per capita* foram deflacionadas pelo INPC-PNAD - Índice Nacional de Preço ao Consumidor específico para rendimentos da PNAD, utilizando-se o mês de setembro de 2008 como base. Para maiores detalhes ver Coseuil e Foguel, 2002.

¹¹ Para mais detalhes sobre o cálculo do índice de Gini, ver Nota Técnica do IPECE, nº. 14.

Gráfico 6.4 - Desigualdade de renda (índice de Gini) – Ceará, RMF, Nordeste e Brasil - 1998-2004 a 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.2

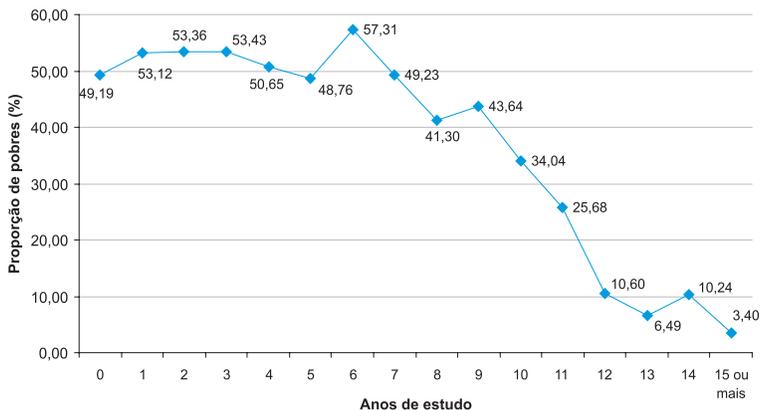
Nos últimos anos, 2004 a 2008, a tendência de redução da desigualdade tem-se mantido em todas as áreas consideradas. No entanto, o Ceará tem mostrado um forte desempenho em alguns anos específicos. O resultado mais expressivo foi observado entre 2005 e 2006, quando o índice de Gini passou de 0,578 para 0,546. E, além disso, a partir daquele ano o índice de Gini do Ceará passou a ser inferior ao do Brasil.

Analisando a evolução da renda domiciliar *per capita* e da desigualdade de renda pode-se concluir que as trajetórias destes indicadores respondem pela redução dos níveis de pobreza no nível agregado. No entanto, cabe destacar as características individuais que tornam um indivíduo pobre.

Segundo Pessoa (2000) uma região é considerada pobre por possuir um grande número de indivíduos com características que os tornam pobres. Dentre as características das pessoas pobres destaca-se a baixa escolaridade. Quanto menor a escolaridade de um indivíduo, menor deverá ser sua remuneração do trabalho e, portanto, maior deverá ser a probabilidade de ele ser pobre.

A partir do Gráfico 6.5 podemos ver a relação entre a proporção de pobres e o número médio de estudo da população acima de 25 anos.

Gráfico 6.5 - Proporção de Pobres por Número de Anos de Estudo – Ceará – 2008



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/PNAD.2

Como era de se esperar, na medida em que o número de anos de estudo aumenta, a proporção de pobres é cada vez menor. Para indivíduos com menos de oito anos de estudo, a proporção de pobres se situa em torno de 50%. A partir dos 8 anos de estudo, observa-se uma redução de aproximadamente 10 pontos percentuais na proporção de pobres. Para indivíduos com 11 anos de estudo a proporção de pobres é de 25%, a metade da observada para as pessoas com menos de 8 anos de estudo. A queda mais significativa acontece quando o indivíduo possui doze anos ou mais de estudo, onde a proporção de pobres chega a um valor mínimo de 34,40% para os indivíduos com Ensino Superior (15 anos de estudo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises efetuadas fica evidente que o Estado do Ceará possui, em termos gerais, um nível social melhor do que a Região Nordeste e vem, ao longo dos anos, avançando e reduzindo cada vez mais as disparidades em relação ao Brasil.

De fato, dos 22 indicadores selecionados para análise, em 14 deles o Ceará, se encontrava em uma situação melhor que o Nordeste em 2008. No período de 1998 a 2008, o Ceará teve melhor variação percentual do que o Brasil e o Nordeste em 14 indicadores e em 13 indicadores entre 2004 e 2008.

Neste estudo, destacam-se os avanços significativos alcançados nas áreas da educação, condições de domicílio, saúde e mercado de trabalho. E apesar da ainda elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à concentração de renda e pobreza têm mostrado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável havendo no período 1998 a 2004 expressivas reduções na desigualdade de renda e na proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza.

A análise dos indicadores sociais em 2008 e o acompanhamento das evoluções nos períodos selecionados deixa evidente as conquistas, mas também mostra que há espaço para a melhoria do bem-estar da população cearense que é o objetivo maior do Governo do Estado do Ceará.